ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA GESTÃO 2007-2009

02 de julho de 2008

Às nove horas do dois de julho do ano de dois mil e oito, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a V Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta da reunião: 1. Aprovação da Ata da IV Plenária e da Pauta da V Plenária – 9h às 9:15; 2. Informes – 9:15 a 9:30; 3. Ações nas áreas de saúde e nutrição na construção do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. 3.1. Exposição do Exmo. Ministro da Saúde José Gomes Temporão - 09:30 às 10h – 3.2. Debates – 10:00h às 12:00h. 4. Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional: Propostas ao PLOA 2009. 4.1. Apresentação da SOF/GT Orçamento – 13:30h às 14:10h. 4.2. Debates e encaminhamentos – 14:10h às 15:10h. 5. Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 5.1. Exposição da Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Sra. Kátia Favilla – 15:10h às 15:30h. 5.2. A percepção da política pela Sociedade Civil: Sra. Maria de Jesus Bringel (Dona "Digé") – Quebradeira de Coco Babaçu e Quilombola – 15:30h às 15:50h. 5.3. Debates – 15:50h às 16:50h. 6. Informes e Encaminhamentos das Instâncias e da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais - 16:50h às 17:30h; 6.1. Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais; 6.2. CP 1; 6.3. CP 2; 6.4. CP 3; 6.5. CP 4; 6.6. CP 5; 6.7. CP 6; 7. Encerramento – 17:30h. A Plenária teve início com o presidente do CONSEA, Renato Maluf, dando boas-vindas aos presentes e convidando a compor a Mesa a Ministra Interina de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arlete Sampaio, representando o Ministro Patrus Ananias. **1.** Aprovação da Ata da IV Plenária e da Pauta da V Plenária. Passada à apreciação e votação da pauta da V Reunião do CONSEA, não havendo manifestações, a pauta foi aprovada pela Plenária. Em seguida, passou à discussão e votação da ata da IV Reunião do CONSEA. Sem manifestações por parte da Plenária, a ata foi aprovada. **2.** Informes. (i) O presidente informou que a Exposição de Motivos emanada da Reunião Extraordinária ocorrida em maio fora encaminhada ao Presidente da República e também à Câmara Interministerial, na pessoa do Ministro Patrus Ananias, na qualidade de coordenador desta. Relembrou que a intenção do CONSEA era de fazer o envio rapidamente para que pudesse incidir no debate da Conferência de Alto Nível da FAO realizada em Roma na semana seguinte. Avaliou que do ponto de vista internacional o posicionamento do CONSEA teve uma pequena ou quase nenhuma incidência na intervenção brasileira na FAO, seja no discurso do presidente, seja nas demais intervenções ao longo dos debates. Destacou, entretanto, que do ponto de vista interno, o CONSEA tem recebido, a partir da distribuição que a Casa Civil fez do documento para os diversos setores de Governo, mensagens de alguns Ministérios que estavam retornando para o CONSEA, seja acusando o recebimento da Exposição de Motivos, seja eventualmente antecipando uma ou outra observação. (ii) Informou a demanda por uma audiência com o

Presidente da República fora atendida, com data marcada para a última semana de junho, porém, fora adiada, tendo sido marcada para esta sexta-feira dia 04 de julho. (iii) Informou à Plenária que já o encaminhamento já foi dado para a estrutura de cargos do CONSEA, tendo-se chegado à conclusão de que a estrutura de cargos do CONSEA constará de um Projeto de Lei que estava sendo elaborado e que reformulava a estrutura da Presidência da República. Apontou que com esta decisão, ficaria consagrada a idéia de que a estrutura de cargos do CONSEA era fornecida pela Casa Civil da Presidente da República. Passada a palavra à Sra. Ministra Interina de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arlete Sampaio, (i) felicitou o CONSEA por realizar uma Plenária Extraordinária para debater o tema da alta dos preços dos alimentos, destacando ter sido uma iniciativa extremamente relevante e que provocou o Governo a encaminhar uma série de questões relativas ao tema. (ii) Informou que participara da última reunião ministerial representando o Ministro Patrus Ananias em que o tema da reunião foi exatamente alta de preços de alimentos, onde algumas iniciativas já foram adotadas pelo Governo, entre elas a recomposição dos benefícios do programa Bolsa Família e a ampliação dos recursos para o PAA e a ampliação de recursos para cisternas, tanto para a água para beber como a chamada água para comer. Informou que a os reajustes do benefício fixo do Bolsa Família passou o valer sessenta e dois reais, os benefícios variáveis das crianças e adolescentes até quinze anos vinte reais e dezesseis e dezessete anos trinta reais. (iii) Informou ainda que no dia três de julho, às onze e trinta, no Museu Nacional da República seria lançado um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário nominado “Mais Alimentos”, que se baseava na necessidade do Brasil ampliar a produção de alimentos com base na agricultura familiar, com o objetivo de obter um aumento da produtividade de alimentos no Brasil, com mais assistência técnica, mais recursos e também com a possibilidade de ampliar o processo de comercialização dos alimentos. (iv) Informou também que o Governo pretende entrar na questão dos fertilizantes, devido à subida constante dos preços. Informou que o Brasil decidiu colocar empresas brasileiras para entrar nesse ramo, inclusive resgatando jazidas de fosfato inexploradas que o Brasil possui, que estavam entregues a multinacionais. Destacou que um Grupo de Trabalho estuda a questão, avaliando inclusive sobre a possibilidade de criação de uma Empresa Pública nesse sentido. (v) Sugeriu que o CONSEA tivesse um mecanismo de acompanhamento de coisas que precisassem ser feitas, que ainda não tivessem sido anunciadas, para apressá-las, pressionar para que elas acontecessem. (vi) Informou que esteve, há duas semanas daquele dia, representando o Ministro numa Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul. Apontou que nessa reunião o Brasil apresentou a proposta, que fora aprovada, de que o tema segurança alimentar e nutricional passasse a ser um tema central para o debate do Mercosul Social. Informou ainda que o Brasil também propusera, tendo sido aceito pelos países, realizar-se no Brasil um Seminário sobre a questão da segurança alimentar e nutricional. (vii) Disse que existia a previsão para início de dezembro da realização de um seminário também feito em conjunto com o CONSEA, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar, a ABRANDH e a Secretaria de Direitos Humanos sobre a temática de segurança alimentar e nutricional. (viii) Anunciou que no dia 5 de setembro, quando da Plenária Extraordinária do CONSEA em Recife, quando se comemoraria o centenário de nascimento de Josué de Castro, o MDS lançaria o prêmio Josué de Castro de Boas Práticas de Gestão de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional. (ix) Informou também que no dia anterior, na reunião

dos presidentes estaduais, o Secretário Ruano anunciara o edital de apoio à implantação dos Sistemas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, com recursos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social. (x) Por fim, lembrou que uma das iniciativas que o CONSEA poderia fazer dizia respeito ao projeto de ampliação da merenda escolar para o ensino médio. Destacou achar que estava na hora de cobrar, apressar a saída desse projeto fazendo uma pressão no Congresso Nacional. O presidente complementou dizendo quando dos informes da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Estratégias de Desenvolvimento fizer o seu relato, apareceria a proposta de que o CONSEA tomasse a iniciativa de convidar os vários setores de Governo e da sociedade para discutir uma estratégia referente à Presidência *Pro Tempore* no Mercosul, apresentando algumas propostas ao Presidente da República. A seguir, o Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca Menezes registrou que alguns conselheiros do CONSEA participaram de um evento chamado "Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional", realizado em Maputo, Moçambique, destacando que o "nutricional" já era uma marca da referência brasileira no tema. Em seguida, o Presidente fez mais alguns informes: (i) Informou o CONSEA foi convidado pelo Itamaraty para integrar uma missão ao Haiti para tratar de um conjunto de questões. Disse que um dos assuntos era na área de segurança alimentar e nutricional e que a Ana Lúcia seria a representante do CONSEA nessa missão. Informou que a tarefa da pessoa que iria em nome do CONSEA implicava na elaboração de um projeto de uma proposta de criação de um Conselho no Haiti. (ii) Informou também que o Brasil recebeu uma missão da Colômbia na semana anterior à reunião, que visitou o CONSEA. (iii) Informou ainda que Pedro Kitoco esteve num seminário em Angola um tempo atrás e que de lá saíra uma proposição de que o Brasil sediasse uma seminário internacional nesta área para os povos de língua oficial portuguesa. Sugeriu que eventualmente pudesse se articular de alguma maneira com a proposta do seminário do Mercosul. (iv) Informou que o CONSEA estava organizando, junto com a ABRANDH, Roma e da SESAN, um seminário internacional sobre instrumento de exigibilidade de direito humano à alimentação, que deve se realizar na primeira semana de dezembro, com duração de três dias. Disse que o CONSEA pretendia dar uma conotação internacional para aproveitar o evento e convidar pessoas de países. A seguir, o Sr. Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite informou sobre seminário do PAA que fora realizado na semana anterior à reunião. Informou que na noite anterior houve uma reunião do GT exatamente avaliando o resultado do seminário e que a sistematização dessa avaliação constava da pasta dos conselheiros, com um conteúdo mais claro da importância do debate político e do debate de processo de construção de uma política de aquisição de alimentos saindo dessa dimensão de programa. Destacou achar que o seminário havia sido muito rico com participação extremamente expressiva, em torno de trezentos e cinqüenta pessoas, entre fornecedores, agricultores familiares, consumidores, organizações, redes, ONGs e representantes de prefeituras, de Governos de Estado, Conselhos Estaduais e CONSEA Nacional, além da presença política do Governo Federal através dos Ministérios. Disse ter a uma grande expectativa que no lançamento do programa "Mais Alimentos", no dia seguinte, houvesse a expressão desse programa contida na proposta do Governo para a situação da crise. **3.** Ações nas áreas de saúde e nutrição na construção do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. **3.1.** Exposição do Exmo. Ministro da Saúde José Gomes Temporão. Com a chegada do Ministro José Gomes Temporão, o presidente agradeceu sua disponibilidade lhe disse que se sentisse em casa,

pois a intenção do CONSEA era sair do encontro com uma agenda de pontos que permitiriam avançar e trabalhar muito e que desaguasse na Câmara Interministerial que era conduzida pelo Ministro Patrus, do MDS, e dali fosse havendo a materialização da Política de Segurança Alimentar. Com a palavra o Ministro Temporão, agradeceu o convite, externando o prazer de estar participando da reunião. Disse ainda ter sabido que era o primeiro Ministro da Saúde a participar de uma reunião do CONSEA e que estava muito satisfeito. (i) Disse acreditar que o CONSEA, pelo seu papel, pela sua composição, cumpre um papel muito importante, e externou a felicidade de estar presente à reunião. (ii) Colocou o Ministério totalmente aberto a que fosse repensadas parcerias, estratégias, integração mais orgânica, trabalho integrado e articulado. (iii) Disse que desde que assumira o Ministério, havia dois Ministérios que tinha particularmente sentado e conversado com os Ministros, um era o Ministério da Educação e o outro o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A seguir, apresentou alguns programas do Ministério: (i) Apontou que o Programa Saúde nas Escolas tinha um componente importante da questão da alimentação, por toda a discussão sobre as cantinas nas escolas. Destacou que a idéia era ousada, informando que a proposta, num primeiro momento, era atender vinte e quatro milhões de estudantes do ensino básico e ensino médio. (ii) Sobre o VIGITEL, um Sistema de Vigilância através de consultas telefônicas, de maneira rápida e prática, possibilitava ter um retrato de tendência e de padrões comportamentais. Apontou que o último que havia feito mostrara uma situação muito preocupante do padrão alimentar das pessoas que responderam à enquete, principalmente o baixo consumo de frutas, legumes e verduras. (iii) Apontou que o padrão alimentar do brasileiro estava mudando, passando a consumir menos feijão e mais alimentos industrializados. Destacou que essa era uma realidade que responde a determinantes muito complicados, que envolviam padrões culturais, educação, informação, influência da mídia, e várias outras questões que não poderiam ser enfrentadas sem que houvesse clareza do que estava determinando essa mudança. Disse que a grande inserção da mulher no mercado de trabalho e a mudança do que se entende por família e núcleo familiar também estava determinando mudança no padrão alimentar. (iv) Informou que no Programa "Mais Saúde" estava na agenda política a questão da redução dos teores de gordura e sal nos alimentos, além de olhar com mais atenção para a questão da publicidade de alimentos pela mídia, junto com a ANVISA. (v) Disse saber que o CONSEA defende o SISVAN como Sistema de Monitoramento de Segurança Alimentar, e apontou que a idéia era que isso fosse universalizado, apoiando financeiramente os municípios. (vi) Informou haver uma nova iniciativa do Ministério que vinha ajudar essa preocupação, que era a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Destacou que atualmente havia duzentos e quarenta mil agentes comunitários de saúde, que já cobriam cento e dez milhões de brasileiros; que havia vinte e nove mil equipes de Saúde da Família, que cobriam praticamente cem milhões de brasileiros, onde havia odontólogo, enfermeiro e médico. Destacou que havia uma estrutura de referência, onde eram oferecidas algumas especialidades que cobriam aproximadamente cem mil habitantes, pois para cada cem mil habitantes haveria um Núcleo de Apoio à Saúde da Família e dentro desse Núcleo, as ações de nutrição e segurança alimentar estariam presentes, inclusive com profissionais da área. Apontou já haver seiscentos e três núcleos credenciados, e destacou que o ritmo de crescimento de estruturação desses núcleos iria depender da briga do Ministério para conseguir regulamentar a Emenda 29 que garantiria mais recursos para a saúde. Informou

que no dia seguinte àquele o Ministério lançaria o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição e de Saúde Materno-infantil, que fora coordenado pela Elza Berquó, de Campinas, onde seriam feitos uma série de anúncios importantes. Disse não estar autorizado a dar nenhuma informação, mas apontou que duas questões não melhoraram, nos 10 anos de análise da pesquisa. Destacou achar interessantes que eram duas questões marcadamente e diretamente ligadas à dinâmicas mercadológicas, mercantis, quais sejam a obesidade e o parto cesáreo. (vii) Disse que uma luta sua que gostaria que o CONSEA abraçasse era a questão do aleitamento materno. Informou que em agosto o Ministério da Saúde faria uma mega campanha de vacinação, chamada "Vacinar a Família" para erradicar a rubéola. Informou que idéia era vacinar 70 milhões de brasileiras entre 20 e 39 anos, ocasião em que se aproveitaria essa grande mobilização para fazer um Inquérito da questão do aleitamento materno na população. Com a palavra o Presidente, agradeceu ao Ministro Temporão e assegurou-lhe que em algumas de suas lutas ele poderia contar com o CONSEA, destacando a do aleitamento materno, além de outra que chamou de "dura batalha da publicidade dos alimentos". A seguir, passou-se a palavra à Sra. Elisabeta Recine, que destacou: (i) Que durante anos em que a segurança alimentar e nutricional não esteve presente na agenda de prioridades do Governo Federal, a área de saúde e particularmente a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 1999, fora um dos focos de resistência para manter temas fundamentais para a realização do direito humano à alimentação adequada da população brasileira. (ii) Apontou que para que o papel intersetorial da Política Nacional de SAN se cumpra em toda a sua potencialidade, alguns aspectos mereceriam a atenção do Ministério: a) a institucionalização da área de alimentação e nutrição no Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais; b) A implementação da área responsável pela implementação da PNAN, que não existia formalmente no Ministério da Saúde, dando a ela a institucionalidade, a estabilidade e os recursos necessários à altura de sua missão, qual seja, atuar para a implementação efetiva das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde e contribuir para a redução dos fatores de risco relacionados à alimentação, principais contribuidores para as maiores causas de adoecimento e morte, tanto no Brasil quanto no mundo. (iii) Apontou que a proposta apresentada pela CGPAN para o PPA dois mil e oito/dois mil e onze fora da ordem de cento e doze milhões de reais, mas que no entanto, os recursos aprovados em 2008 se resumiram a trinta e três por cento desse valor, cerca de trinta e sete milhões. Nesse cenário apontou que o Programa Alimentação Saudável, que existia nos PPAs anteriores fora retirado do orçamento devido a um enxugamento dos programas do Ministério da Saúde, na peça orçamentária da União, tendo sido substituído pela ação "Alimentação e Nutrição para a Saúde", dentro do Programa de Atenção Básica. Disse entender essa decisão como um retrocesso. (iv) Informou que o CONSEA tinha a disposição de apoiar o setor saúde na recomposição geral de seu orçamento, mas destacou que a capacidade de financiamento da área de alimentação e nutrição também precisava ser recuperada e protegida. (v) Apontou que no que se referia especificamente ao setor saúde eram necessários: a) o fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional e medidas que apoiassem as equipes de saúde da família na ação referenciada das diretrizes do Guia Alimentar para a população brasileira; b) o aprofundamento das medidas de promoção do aleitamento materno exclusivo; c) o cuidado de garantir-se a coerência interna entre as diversas ações, regulamentando a compra de

alimentos pelos serviços de nutrição dos hospitais públicos. (vi) Em relação ao monitoramento da qualidade nutricional de alimentos, apontou que medidas como a melhoria da qualidade nutricional dos alimentos, a redução gradativa de sal, gordura e açúcar nos alimentos industrializados faziam parte das ações de promoção da alimentação saudável. Apontou ainda que a mudança da composição dos alimentos, buscando formulações mais saudáveis que incluíssem a redução no uso de agrotóxicos era imprescindível para o alcance da segurança alimentar e nutricional. (vii) Informou que a iniciativa de regulamentar a publicidade de alimentos era um recurso legítimo para garantir o direito à alimentação adequada e a promoção da saúde. Nesse sentido, colocou o CONSEA à disposição para participar de uma iniciativa consistente para análise desse tema, para que pudesse se definir a melhor estratégia a ser adotada para regulamentação da publicidade. (viii) Em relação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, considerando que a meta de atingir mil e quinhentos núcleos para os próximos três anos, que deveriam cobrir em torno de um terço da população brasileira, era estratégico para a segurança alimentar e nutricional que se assegurasse a inclusão das ações de nutrição em cem por cento deles. (ix) Em relação à estratégia Saúde da Família, informou que a Comissão Permanente sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada do CONSEA estava iniciando um processo em parceria com os respectivos gestores para a elaboração dos instrumentos de exigibilidade que permitiriam que as pessoas e comunidades tivessem acesso fácil e ágil a recursos de reclamação quando não tivessem acesso a este serviço ou quando sua implementação não estivesse adequada. Para essas atividades solicitou o apoio do Ministro Temporão e, mais do que isso, sua disposição em adotar esses instrumentos. (x) Destacou que considerando-se a situação alimentar e nutricional indígena, tornava-se urgente aumentar a cobertura do chamado SISVAN Indígena e integrá-lo ao SISVAN Nacional, assim como construir, de forma participativa com as lideranças indígenas, estratégias que contribuíssem para a promoção da segurança alimentar e nutricional nas aldeias e outros ambientes onde vivam comunidades. (xi) Destacou que em relação às ações de promoção, prevenção e cuidado era fundamental que fossem respeitadas e consideradas a cultura, saberes e as necessidades dos povos indígenas, população negra, comunidades quilombolas e pessoas com necessidades alimentares especiais e que esse olhar se traduzisse na expansão e na melhoria das ações de saúde a esses grupos. (xii) Ressaltou e felicitou, em relação a estudos e pesquisas em alimentação e nutrição, a inserção na Pesquisa de Orçamento Familiar, do módulo de consumo de alimento e antropometria que vinha saldar uma dívida de mais de 30 anos sobre o conhecimento dos hábitos e consumo de alimentos da população, conhecimento esse que poderia fortalecer tanto os gestores públicos, como a sociedade civil em suas demandas e proposições. Da mesma forma, saudou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde que realizara o primeiro diagnóstico nacional das carências nutricionais por micronutrientes, ferro, vitamina A e iodo. Apontou que essa informação deveria reorientar grande parte dos programas públicos de atenção nutricional, produção e distribuição de alimentos, além da educação alimentar e nutricional. (xiii) Disse ainda que o CONSEA via na institucionalização da área de nutrição na saúde, na implementação das ações de alimentação e nutrição na atenção básica, na definição de uma estratégia intersetorial de promoção da alimentação saudável e na regulamentação da publicidade de alimentos, temas concretos de parceria e ação com o Ministério da Saúde. (xiv) Ao encerrar o conjunto de considerações e proposições, felicitou a vinda do Ministro

Temporão ao CONSEA e disse esperar que fosse um marco que fortalecesse a presença de representantes não só da CGPAN, mas também do DAB, da ANVISA e da FUNASA nos processos do CONSEA. Passando ao ponto **3.1** - Debates, a Sra. Maria Emília Pacheco manifestou a preocupação com um procedimento sucessivo da CTNBio de aprovar a liberação de transgênicos, deixando ao arrepio de suas defesas, o direito a saúde, a uma alimentação saudável e não levando em conta o princípio da precaução. A seguir, a Sra. Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade falou sobre o problema do beribéri, destacando que sua grande preocupação era de que as causas fundamentais que estavam relacionadas com o problema ainda haviam começado a ser atacadas. Disse entender que o Ministério da Saúde teve um papel importantíssimo no caso, mas que ele não poderia ficar sozinho no combate ao problema do beribéri. Com a palavra a Sra. Regina da Silva Miranda reconheceu a formação colonial, patriarcal e racista do Estado Brasileiro, e que estava escrita em toda a institucionalidade brasileira; reconheceu o esforço do Governo do Lula no primeiro e segundo mandatos, de fazer a reparação e promoção da igualdade racial e que isso se apresentava em algumas políticas públicas do Ministério da Saúde. A seguir, chamou a atenção para alguns pontos: (i) disse entender que merecia ter um tratamento equitativo principalmente a anemia falciforme, que requeria um diagnóstico precoce e que houvesse um serviço de capacitação de atendimento qualificado e diferenciado para essas pessoas, além de rever a prática da distribuição do xarope de complementação de ferro. (ii) Reconheceu e manifestou a preocupação da vulnerabilidade de apresentação das formas mais graves das doenças crônicas não transmissíveis, da desnutrição infantil e materna, da hipertensão, do sobrepeso e da obesidade, miomas, síndrome de imunodeficiência adquirida para essa população e que essa população merecia um tratamento diferenciado. A seguir, Luis Silva disse (i) ter achado interessante, numa intervenção do Sr. Ministro, uma ação do Ministério no espaço dos Territórios da Cidadania. Apontou que o MDA era o único ministério que tinha consultores que acompanhavam e discutiam o desenvolvimento contextualizado das regiões. Sugeriu que todos os demais Ministérios tivessem também um consultor que pudesse acompanhar naquela região. (ii) Reivindicou a regulamentação em todos os municípios dos agentes de saúde. (iii) Sobre a proposta que estava no Congresso de ampliação de 120 dias para 6 meses da licença maternidade, indagou como o Ministério estava intervindo junto ao Congresso na questão de orçamento e etc. A seguir, a Sra. Elda Regina Leite Galvão de Ávila (i) solicitou a aprovação do protocolo para diagnóstico precoce da doença celíaca, apontando que há algum tempo já estava se tentando a aprovação dele. (ii) Apontou que existia uma grande desinformação a nível do Brasil inteiro, inclusive dos próprios médicos e dos próprios profissionais da área da saúde em relação à doença celíaca. A seguir, o Sr. Francisco Antonio da Fonseca Menezes (i) destacou achar que o Conselho deveria assumir com bastante disposição em relação a brigas que estavam sendo travadas. Destacou que em relação à questão da regulamentação da publicidade, achava que o CONSEA deveria se pronunciar fortemente em relação a avanços que devem ser realizados. (ii) Sobre a questão dos recursos para a saúde, defendeu que o Conselho se mobilizasse para que a Emenda 29 pudesse vir a recuperar os valores essenciais para viabilizar tudo aquilo que era reivindicando ali. Devolvida a palavra ao Ministro Temporão, disse só não assinar o documento trazido pela Comissão Permanente da Política Nacional e Plano de SAN publicamente porque havia um pontinho que necessitava de um pouquinho mais de debate, mas se disse muito feliz, apontando que

estava muito bom e que tinha uma agenda fantástica para trabalhar-se conjuntamente. O Ministro destacou: (i) Que nos governos neoliberais de Collor e Fernando Henrique havia se terceirizado o Ministério da Saúde inteiro e que oitenta dos técnicos eram "contratados" por Organismos Internacionais. Apontou que em janeiro próximo fora autorizado a realização de concurso público. (ii) Sobre o orçamento, apontou que a perda da CPMF fez com que fossem perdidos recursos, destacando que os quarenta bilhões que no apagar das luzes de dois mil e sete iriam todos para a saúde desapareceram, obrigando o Governo a aumentar o IOF e o imposto bancário para poder recompor parte, apenas vinte bilhões dos quarenta, tendo comprometido as metas de expansão do "Mais Saúde", onde se incluíam várias atividades que impactam diretamente os objetos comuns CONSEA e Ministério da Saúde. (iii) Em relação a estudos e pesquisas, esclareceu que tinha uma bandeira que era a seguinte, conseguir, quando terminasse sua gestão, implantar o Ministério Único da Saúde porque havia o Sistema Único da Saúde, mas vários Ministérios da Saúde, cada um querendo cuidar do seu pedaço. (iv) Disse que o Ministério juntou todos os recursos fragmentados das várias áreas de pesquisa e colocou numa única secretaria aonde todos podiam participar. Esclareceu que não foi uma retirada ou uma impossibilidade de fazer pesquisas, simplesmente uma decisão de coerência que tinha a ver com a própria dinâmica e funcionamento do Ministério. (v) Apontou que o saneamento de quilombolas estava dentro do PAC da FUNASA, informando que haveria um grande avanço, pois eram quatro bilhões em quatro anos para ser muito ampliada a oferta de água tratada e esgotamento sanitário para essas populações. (vi) Respondendo à Sra. Maria Emília, disse não haver nenhum preconceito em relação às novas tecnologias, destacando que a questão não era essa e sim ter comprovação sustentada de que transgênicos introduzidos no ambiente e consumidos pela população direta ou indiretamente pudessem causar dano a médio e longo prazo à saúde das populações. Esclareceu que na primeira reunião do Conselho de Ministros, quando a ANVISA e o IBAMA entraram com recurso, naquele momento ele havia votado por entender que no documento da ANVISA chamava-se a atenção para aspectos importantes e que, em princípio, a CTNBio não havia respondido de maneira satisfatória. Destacou que na segunda reunião, o que buscara fazer, já sabendo que a decisão estava tomada a priori, por proposição sua e com aprovação dos pares, a CTNBio obriga-se, em toda e qualquer decisão a partir daquele momento, a se apoiar em estudos independentes, não apenas em estudos apresentados pelas indústrias ou empresas, mas em estudos de organismos independentes para que se possa ter uma visão mais ampla. Esclareceu que em segundo lugar, fizera uma proposta de que o Governo disponibilizasse recursos financeiros para acompanhar, desenvolver estudos de monitoramento do impacto ambiental e na saúde da incorporação dos dois produtos que haviam incorporados por decisão anterior. Apontou que suas duas propostas foram acatadas. Por fim, apontou como importante e que devesse estar sendo debatida e constante dentro da agenda. Apontou como a grande questão, o fato das agências reguladoras terem perdido espaço. (vii) Respondendo à Sônia, da Associação Brasileira de Nutrição, sobre o problema do beribéri, apontou que o que o Ministério tinha de prático era que fora causado pelo consumo de um arroz que continha uma toxina, ponto. Destacou que o que achava que deveria ser feito era fortalecer o papel do Grupo Interministerial e trazer essas questões para dentro desse grupo e voltar à ponta, levantar as questões que eram estratégicas para que pudesse se dar uma resposta. (viii) Respondendo à Regina Miranda sobre a questão da política da população negra,

informou que ela estava pronta para ser aprovada na Comissão Intergestores Tripartite, e que envolvia tudo que fora colocado por ela, inclusive uma outra não abordada, que era o padrão de atendimento nos serviços de saúde. (ix) Em resposta ao Luis Silva, disse não saber se o caminho seria esse, pois o Ministério estava trabalhando numa concepção de oferecer saúde de maneira integrada a territórios que tenham cem mil habitantes, aproximadamente, onde havia toda uma lógica e onde as políticas de saúde se integrariam com as demais políticas sociais do Governo. Apontou entender que os Conselhos Municipais de Saúde eram exatamente o espaço legitimado, estruturado onde se daria o controle social, a participação, a fiscalização e a cobrança. Sobre os agentes comunitários de saúde, disse que a Emenda Constitucional 51, aprovada ano retrasado, resolvera a questão e que todas as prefeituras estavam sendo obrigadas a regularizar a situação. Apontou que o Ministério da Saúde havia disponibilizado, ano passado, quatrocentos milhões de reais a mais apenas para pagar a diferença para que todos no mínimo tivessem o padrão salarial da categoria. (x) Em resposta à Sra. Elda, apontou acreditar ser esse um espaço muito importante e polêmico, que era a incorporação de novas tecnologias ao Sistema Único de Saúde. Explicou que toda e qualquer tecnologia, para ser incorporada no SUS, tinha que passar por uma Comissão de Análise. Informou ainda que o Brasil vivia atualmente uma situação de judicialização da saúde muito perversa, onde o direito individual estava se sobrepondo ao direito coletivo. Por fim, se colocou absolutamente à da Sra. Elda para que o procurasse e trouxesse as demandas específicas de sua área para que a fosse discutida uma forma de como atender. (xi) Sobre a colocação do Francisco Menezes, sobre a questão da publicidade de alimentos, apontou que só o fato do Ministério ter feito o seminário que mostrou uma pesquisa e o fato de ter dito que seria feita uma consulta pública para discutir com todo mundo já fora objeto de posições contrárias e exacerbadas da mídia. (xii) Para finalizar, agradeceu a oportunidade e solicitou que o convidassem que ele voltava, pois tinha gostado muito. Antes da saída do Ministro Temporão, o presidente do CONSEA lhe informou que a Plenária do CONSEA de cinco de setembro seria realizada em Recife por ocasião da celebração do centenário do nascimento do Josué de Castro, com o tema Acesso a Água. Informou que no dia anterior à reunião fora constituído um Grupo de Trabalho, para o qual estava convidando o Ministério da Saúde a participar. A seguir, para aproveitar o tempo que ainda restava para o intervalo do almoço, passou-se aos informes de algumas Comissões. (i) A Comissão dos Presidentes de CONSEAs Estaduais informou que a pauta na parte da manhã foi relativa à discussão da estruturação dos CONSEAs, começando com o relato de duas experiências de dois Estados, com o objetivo de começar um debate sobre as condições de trabalho dos CONSEAs e sobre as dificuldades que os CONSEAs vêm enfrentando nos seus Estados. (ii) Informou que na parte da tarde foram feitas duas apresentações, uma da Regina Miranda, da CP 3, Comissão que discute a Política Nacional de Segurança Alimentar, que colocou toda a metodologia de trabalho da Comissão, como a Comissão estava pensando em fazer a discussão das seis diretrizes que foram apontadas pela III Conferência, como que esse processo se daria até o final do próximo semestre e que de maneira que os Conselhos Estaduais precisariam estar se integrando nesse processo. A Marília, da CP 1, Comissão que discute o SISAN – também participou e apresentou um material aonde a Comissão construiu um cenário do que nós queremos para 2010. (iii) Informou também que foram feitos informes sobre a PL da Alimentação Escolar, a necessidade dos Estados estarem se mobilizando em relação à

constituição da Comissão e estarem também divulgando isso nos seus Estados. (iv) Apontou que houve a ratificação do edital do MDS sobre a estruturação do SISAN nos Estados, tendo havido um processo participativo de estruturação desse edital em relação ao recurso já comentado de dois milhões e setecentos mil reais. (v) Informou ainda que a data da próxima reunião seria em 27 de outubro, sempre um dia antes da reunião do CONSEA Nacional, com a temática das diretrizes de uma Política Estadual de Segurança Alimentar e o papel dos CONSEAs no SISAN. (vi) Informou que o CONSEA, com o apoio da Secretaria, também faria um diagnóstico da situação dos CONSEAs Estaduais e que esse diagnóstico estaria sendo enviado para os Estados. Apontou que havia a expectativa de que essa resposta fosse garantida por parte de todos para que se pudesse ter uma idéia de como estava a situação em termos gerais dos CONSEAs. A seguir, o presidente reafirmou que o CONSEA tratou de envolver os CONSEAs na mobilização com relação ao PL da Alimentação Escolar. Disse saber da importância dos Governos Estaduais na relação com as bancadas e informou que foram bastante sensibilizados. Apontou ainda que foi deliberado que seria preparada uma minuta de um ofício aos governadores, em nome do CONSEA, pedindo o empenho deles em relação à tramitação do Projeto de Lei da Alimentação Escolar. A seguir foi realizado o informe da CP 1, Sra. pela Marília Mendonça Leão. (i) Que informou que a CP 1 foi convidada para participar da reunião da Comissão de Presidentes Estaduais, tendo feito um diálogo bastante interessante, onde ficou bem claro que as Comissões Permanentes têm que construir uma agenda coletiva e harmonizada com a Comissão dos Presidentes Estaduais. (ii) Informou que a Comissão discutiu a questão do orçamento, compatibilizando o cenário que traçado para os próximos dois anos com necessidades do orçamento. Apontou que a Comissão tinha muito claro que era preciso trabalhar em direção aos Estados e no desenho do que chamaram de pactos de adesão, protocolos de compromissos com os Estados. (iii) Destacou que uma outra ação importante identificada era a questão de investir em capacitação de todos os atores que estarão envolvidos no SISAN, capacitação em termos de disseminar os princípios e os objetivos do Sistema que está- se querendo construir. Apontou que isso envolve não só formação, provavelmente até acadêmica, mas mobilização da sociedade civil, capacitação de Conselheiros e gestores. (iv) Informou que no dia anterior a CP reuniu pela primeira vez à tarde o GT Monitoramento. Lembrou que o CONSEA tinha uma proposta que fora preparada e discutida na gestão anterior para que se conseguisse implementar no Brasil um Sistema de Monitoramento no contexto da SAN, para acompanhar, para monitorar todas as dimensões determinantes da segurança alimentar e nutricional. Destacou que o desafio de um sistema desses era conseguir fazer um olhar global, juntando as informações. O presidente complementou informando que a reunião fora da dinâmica das plenárias mencionada aconteceria dia 13 de agosto. A seguir, passou-se ao relato da CP 2. (i) Sugeriu achar bastante conveniente que houvesse, na audiência que o presidente do CONSEA teria com o Presidente da República, uma mensagem ressaltando três aspectos essenciais a serem trabalhados nessa negociação na Ministerial: a garantia do lugar dos produtos especiais, a questão da salvaguarda dos alimentos que são fundamentais na Política de Alimentação e a importância dos países terem o direito de fazer aquisições em nome da garantia da segurança alimentar. (ii) Informou que um segundo ponto tratado dizia respeito às iniciativas em curso para incluir na pauta do Mercosul com mais vigor a defesa da segurança alimentar. (iii) Informou que houve uma discussão sobre a preparação da

Plenária de setembro, cujo tema central será água. Esclareceu que com relação a esse tema havia um Grupo de Trabalho formado com representantes da Agência Nacional de Águas, que se reuniria no dia vinte e nove de julho. (iv) Por fim, informou que fora constituído um Grupo de Trabalho com a representação de vários Ministérios e da sociedade civil, que deveria preparar o debate para outubro sobre a questão de agroenergia. A Sra. Sílvia do Amaral Rigon registrou achar necessário que houvesse uma devolutiva do Governo em relação à questão da COP 9. Com a palavra o Presidente, informou que recebera um recado de que a audiência com o Presidente da República havia sido adiada para o dia trinta de julho e face a isso, propunha que se tentasse, daquele momento até o final da tarde, chegar a uma rápida Exposição de Motivos para mandar imediatamente ao presidente. (i) Informou que a reunião para tratar da agenda do Mercosul, do GT Internacional, estava marcada para o dia trinta de julho à tarde. (ii) Informou também que o Grupo de Trabalho que vai tratar de acesso a água vai se reunir no dia vinte e nove de julho às quatorze horas. (iii) Informou também que o Grupo de Trabalho que vai tratar de agroenergia para começar a trabalhar a Plenária de outubro vai se reunir no dia trinta de julho às nove horas da manhã. (iv) Por fim, informou que o Grupo de Trabalho que vai discutir a agenda internacional, onde está o Mercosul, se reunirá no dia trinta de julho, às quatorze horas. Retomada a reunião após o almoço, passou-se à discussão do item **4.** Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional: Propostas ao PLOA 2009. **4.1.** Apresentação da SOF/GT Orçamento. O representante da SOF, José Geraldo, iniciou a apresentação destacando as datas importantes, tanto durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, quanto do Projeto de Lei do PPA e suas revisões. (i) Apontou que com o cenário que está posto e com os limites que foram distribuídos para os órgãos, mesmo com o crescimento da receita, percebe-se que algumas políticas serão prejudicadas em função do crescimento dos gastos das despesas obrigatórias, crescimento das despesas discricionárias ressalvadas, ações vinculadas à função de ciência e tecnologia, pesquisa da EMBRAPA, MDS, os benefícios, saúde, educação e a segurança no vôo. (ii) O Sr. José Geraldo informou que os limites foram distribuídos para os órgãos, destacando que a satisfação não era muito boa porque realmente em alguns órgãos estava muito aquém do que gostaria de ter para tocar suas políticas, mas que era esperado que em julho se conseguisse ter uma recuperação de receita e que a pudesse mitigar algum desses sofrimentos. A seguir, a Sra. Carmem Priscila Bocchi apresentou um trabalho que o CONSEA vem desenvolvendo há 4 anos, que era uma planilha construída com ações de vários Ministérios relacionados à segurança alimentar e nutricional e sobre a qual o CONSEA faz propostas ao orçamento de 2009. (i) Informou que em 2008 foi montado um GT com a seguinte composição: um representante de cada Comissão Permanente, o Ministério do Planejamento, um representante da SOF e outro da SPI, Secretaria de Planejamento e Investimento, e a Secretaria do CONSEA, cuja primeira tarefa foi revisar a estrutura da planilha do orçamento da segurança alimentar com base no novo PPA e validar os programas e ações nela contidos. (ii) Apontou que outro objetivo do GT seria priorizar os programas e ações para o orçamento de 2009. (iii) Destacou que atualmente a tem 18 temas, quais sejam, abastecimento agroalimentar, acesso à alimentação, ações estruturantes, agricultura familiar, Plano Safra e aquisição de alimentos, alimentação escolar, alimentação saudável, biodiversidade e populações tradicionais, catadores de materiais recicláveis, gestão de políticas, infra-estrutura hídrica e SAN, pesca e aqüicultura, Reforma Agrária, regularização fundiária em Unidades de Conservação,

segurança alimentar e nutricional das populações negras, segurança alimentar dos povos indígenas, segurança alimentar no semi-árido, saneamento, água e esgoto, transferência de renda e vigilância sanitária, quarenta e três programas do PPA, cento e quarenta e nove ações, sendo quarenta e quatro prioritárias, totalizando vinte e sete bilhões de reais. Os programas prioritários abrangem Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, o PAA, Programa da Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Alimentação e Nutrição, programa de Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade, Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Reforma Agrária, Brasil Quilombola, apoio a projetos de segurança alimentar e nutricional para povos e comunidade tradicionais, promoção e vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena, Estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena, demarcação e regularização de terras indígenas, promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas, ação da construção das cisternas, acesso à água para produção de alimentos para o auto-consumo. Em seguida, as Comissões Permanentes fizeram o relato especificamente sobre a parte relativa a orçamento. CP 1 informou que seriam 4 linhas de ações orçamentárias que auxiliariam, no ano de 2009, a concretizar os cenários traçados para a construção do SISAN: 1º - O fortalecimento do SISAN em âmbito nacional e estadual, prevendo o fortalecimento do CONSEA Nacional e CONSEAs Estaduais, possibilidades de se fazer levantamentos de situação de SAN nos Estados e Municípios em relação a instâncias existentes, dinâmicas existentes, municípios e territórios, equipamentos de SAN. 2ª - Uma linha de apoio à mobilização para a temática de SAN, que envolveria apoio a entidades que trabalham com a sociedade civil, capacitações da sociedade civil, dentro da perspectiva de disseminar e capacitar a sociedade civil para os princípios do sistema. 3ª - Outra linha de ação seria a implantação do sistema de monitoramento no contexto no SISAN. 4ª - A capacitação de gestores públicos em SAN e sobre os princípios do SISAN. Comentou também que entende fundamental a criação de uma ação ou ações que serão destinadas para o que foi chamado da natureza da gestão do sistema. Indagou que trato poderia ser dado para que os gestores, durante seu ciclo de gestão, durante a gestão financeira do orçamento pudessem entender que aquela política é uma política prioritária ou importantíssima para garantir a segurança alimentar da população. Passada a palavra à CP 3, destacou alguns pontos: (i) Prever um orçamento para 2009, para garantia da alimentação do escolar para o ensino médio e aumento do per capita em 2009. Prever também correção imediata do per capita em 2008. (ii) Com relação à saúde, a proposta foi deque para 2009, se fizesse a correção, chegando a 50 milhões o orçamento para saúde em 2009, e que houvesse uma recuperação progressiva desse valor, chegando até 2011 em 112 milhões. Passando à CP 4, (i) levantou a importância de ampliação dos recursos para capacitação e formação tanto de gestores públicos quanto da sociedade civil. (ii) Uma ação ligada ao que foi chamado de recursos para sustentabilidade e capacidade operacional para a Comissão Especial de Monitoramento das Violações do Direito Humano à Alimentação Adequada no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A CP 5 informou (i) que eram 24 ações dentro dos programas apresentados e que teria que monitorar-se pois não foram eleitas apenas uma ou outra prioridade porque ali tudo é prioridade. (ii) A CP 5 pediu suplementação do orçamento da ação do MDS de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, verificando a possibilidade de incluir um valor para o transporte das cestas e adequação das cestas de alimentos aos hábitos alimentares locais. (iii) A CP 5

solicitou a criação dentro do CONSEA de um Grupo de Trabalho que pense uma proposta de uma nova institucionalidade para repasse de recursos para os povos e comunidades tradicionais, devido às dificuldades encontradas atualmente. A CP 6 informou que discutiu sobre a proposta do orçamento, e o levantamento que foi feito pela Secretaria do CONSEA e os encaminhamentos de prioridade colocados foram a ação de demarcação e regularização de terras indígenas, apoio a projetos de segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais, promoção do desenvolvimento em terras indígenas, vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas e a ação "Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos", ação 2792, a sugestão foi que esse valor passasse para cento e quatro milhões, pois não há garantia de transporte, embalagem e mão-de-obra. Passado ao debate, o Sr. Sílvio Porto (i) disse estar surpreendido com o fato de ter sido tão elogiado o seminário do PAA, mas não ter percebido o fortalecimento na discussão das comissões em relação à questão de evoluir com os recursos. (ii) Sugeriu que se consiga evoluir para alguns instrumentos em relação à questão de efetivamente avançar no campo da agroecologia, através da possibilidade de se ter instrumentos, principalmente no campo do MDA, em relação a recursos não reembolsáveis para investimento, o que destacou como dos grandes limites que tem hoje para avanço das experiências e consolidação das experiências ou inclusive para permitir que seja reforçado o processo de transição agroecológica. (iii) Por fim, sugeriu ao Plenário que se tentasse fazer uma extraordinária em meados de agosto porque atualmente não se sabe quais são os limites para trabalhar em relação ao orçamento. O presidente respondeu ao Sr. Sílvio Porto apontando achar muito difícil que de se conseguir organizar uma plenária extraordinária em agosto, chamando a atenção que o que o CONSEA precisar fazer é encontrar uma forma ágil de acompanhar e participar do fechamento da questão orçamentária. Sugeriu que esse assunto fosse para apreciação da Mesa Diretiva, que se reuniria em agosto. A seguir, o Sr. Francisco Menezes sugeriu, devido ao adiamento da audiência com o Presidente da República, que se pedisse uma audiência imediata com o Chefe de Gabinete do Presidente, que tem como função adiantar as questões mais urgentes. O presidente consultou a Plenária indagando se ficavam recolhidas as proposições feitas, já que não houve nenhuma objeção sobre nenhuma delas, ficando integradas à pauta de demandas do CONSEA. A seguir, a Sra. Laura Fernandes da ASCOM fez esclarecimentos sobre o evento do dia cinco de setembro à tarde, em Recife, relativo ao centenário de nascimento de Josué de Castro. (i) Informou que será um eventoi para mil pessoas, com a presença já confirmada de Ana Maria de Castro, filha de Josué de Castro, do Presidente da República e do Ministro Patrus Ananias. A seguir passou-se ao ponto **5.** Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. **5.1.** Exposição da Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Sr. Aderval Costa Filho. O Sr. Aderval Costa Filho iniciou a apresentação desejando boa tarde a todos e (i) informou que a Política fora decretada em sete de fevereiro de dois mil e sete e que povos e comunidades tradicionais eram entendidos como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (ii) Informou que segundo estimativa do professor Alfredo Wagner, existem aproximadamente cinco milhões de famílias em povos e comunidades tradicionais, vinte e cinco milhões de pessoas. (iii)

Informou ainda que o decreto que cria a Comissão é de vinte e cinco de dezembro de dois mil e quatro e que o objetivo era institucionalizar a participação da sociedade civil, mobilizar socialmente esses grupos. Destacou que a formalização era um dos princípios e era um dos objetivos precípuos da Política, a questão também de elaborar e implementar uma política específicas voltada para todos os segmentos sociais. (iv) Apontou que a Política se estrutura em 4 eixos: a) acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, que prevê a garantia e a efetivação do acesso, regularização fundiária e o acesso aos recursos naturais; b) O eixo infra-estrutura prevê desde infra-estrutura básica, vias de acesso, equipamentos públicos, até a questão de impactos diretos e indiretos em territórios tradicionais; c) A inclusão social envolve educação diferenciada, reconhecimento e fortalecimento da cidadania, atenção diferenciada à saúde, adequação do sistema previdenciário, acesso a políticas públicas de inclusão social, acesso diferenciado, questões de gênero, acesso e gestão facilitado para recursos públicos e segurança pública e Direitos Humanos; d) Proteção e valorização das práticas e conhecimentos tradicionais, reconhecimento, fortalecimento de instituições e formas de organização social e fomento e produção sustentável. (v) Destacou que o objetivo da política era promover o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento, garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, valorizando a identidade, formas de organização e a institucionalidade própria desses povos e comunidades tradicionais. (vi) Destacou também alguns objetivos específicos: Garantir o acesso aos territórios, a solução e minimização de conflitos, quando se tem uma Unidade de Proteção Integral, a garantia não só de políticas públicas específicas, quanto também de participação nas instâncias de controle social, recortes diferenciados nas ações e programas de inclusão social, a implementação e fortalecimento de ações voltadas às relações de gênero, a garantia de acesso e gestão facilitada aos recursos financeiros, provenientes dos diferentes órgãos de Governo, o pleno exercício de direitos individuais e coletivos, sobretudo em situações de conflitos e ameaça à integridade, o reconhecimento, proteção e promoção de direitos sobre conhecimentos, práticas e usos tradicionais e a garantia de formalização institucional considerando formas tradicionais de organização e representação. (vii) A seguir, apontou algumas diretrizes muito específicas da segurança alimentar: Assegurar na merenda escolar cardápio adaptado a costumes alimentares e também viabilizar a aquisição desses produtos das próprias comunidades, garantindo qualidade alimentar e nutricional; garantir políticas de segurança hídrica, acesso e disponibilização de água potável de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender necessidades; apoiar pesquisas na área de alimentação e nutrição, com participação de representantes desses povos e comunidades em todos os processos, desde planejamento até avaliação; implementar ações emergenciais continuadas voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional familiar, sobretudo crianças e idosos de povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta as práticas alimentares; garantir a ação do Poder Público na oferta de alimentação de qualidade, de acordo com hábitos e restrições alimentares e em quantidade suficiente e de modo permanente estabelecendo parcerias com esses povos e comunidades; elaborar e implementar programas contra a desnutrição materno infantil, incluindo a melhoria de assistência pré-natal e pós-natal; ampliar e fortalecer os programas de aquisição, de subvenção, de financiamento de produção, diretamente aos produtores e suas organizações de povos e comunidades tradicionais; implementar incentivos fiscais e financeiros aos povos e

comunidades tradicionais pelos serviços ambientais prestados; priorizar projetos auto-sustentáveis, fazendo correlação entre calendário religioso, agrícola, agropecuário, agroextrativista e a agrobiodiversidade de cada bioma na destinação de recursos para práticas e atividades produtivas desses povos e comunidades; garantir armazenamento, escoamento, viabilização de vias de acesso, transporte, armazéns e entrepostos, enfim, a garantia da inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, como elas são efetivamente praticadas nesses contextos. (viii) Apontou que na construção do Plano Nacional algumas questões devem ser consideradas, quais sejam: o caráter universal dos programas e ações, compatibilizar a questão do desenvolvimento sustentável com uma perspectiva desenvolvimentista em alguns programas atuais do Governo. (ix) Informou que a Comissão tem promovido audiências públicas, via sociedade civil, nas Assembléias Legislativas para que se proponham Projetos de Lei favoráveis a povos e comunidades tradicionais no âmbito estadual. (x) Informou também que Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Meio Ambiente, estão coordenando uma pesquisa nacional para poder preencher as lacunas de quantos são e onde estão os povos e comunidades tradicionais. Destacou que é uma pesquisa de caráter censitário, que envolve o IBGE na validação de todas as etapas da pesquisa, mas que seria executada pela Sociedade Civil, através de mil quatrocentos e quarenta agentes locais de pesquisa que vão fazer o georeferenciamento e o levantamento qualificado de dados sob a supervisão de cento e oitenta pesquisadores, quer de institutos de pesquisa, quer de universidades públicas brasileiras. A seguir, passou-se ao ponto **5.2.** A percepção da política pela Sociedade Civil: Sra. Maria de Jesus Bringel (Dona "Digé") – Quebradeira de Coco Babaçu e Quilombola. (i) A Dona "Digé" apontou que segurança alimentar parte do princípio de uma coisa, que estava no centro fundamental da vida das comunidades e que parte do princípio, que era terra ou território. (ii) Defendeu que quer o território sim para se dignificar, porque faz parte dessa história. (iii) Informou que o babaçu era sua moeda, mas também disse ser fundamental não só isso, mas sua vida no campo, pois lá estava o igarapé, o seu remédio, seu mato de onde faz seu chá e outras coisas que preservam. Disse achar que é guardiã não só da palmeira em pé, mas da mata também, porque sem ela não sobrevive. Passado ao debate, a Sra. Ana Lúcia Pereira (i) externou a dificuldade vivida pela Secretaria do CONSEA na viabilização da presença dos representantes das Quebradeiras de Coco e dos pescadores artesanais, destacando que é necessário viabilizar a presença deles para concretização da Política. (ii) Trouxe duas Exposições de Motivos, uma sobre a questão da política de garantia de preço mínimo, e outra com uma proposta de um Grupo de Trabalho que discuta a questão de repasse de recursos. (iii) Propôs também a revogação da moção oriunda da III Conferência, que altera o decreto 6.040, ao propor incluir população negra no decreto, como povos e comunidades tradicionais, o que está equivocado. (iv) Propôs também que o CONSEA apoiasse a pesquisa que estava sendo proposta pela Comissão, pesquisa que daria um pouco de visibilidade aos povos e comunidades tradicionais. (v) Por fim, propôs o desmembramento em duas comissões, tendo em vista a demanda muito grande para as populações negras e a demanda muito grande para os povos e comunidades tradicionais. Em debate, a Sra. Marília Mendonça Leão manifestou-se sou contra o instituto de que o CONSEA votasse contrariamente ou revogasse uma moção da Conferência. A seguir, Sílvio Porto informou (i) que em relação ao pagamento de serviços ambientais, a CONAB já estava, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, chamando uma

reunião para segunda-feira, com parceiros identificados que têm possibilidade de estar contribuindo para a criação desses critérios. (ii) Segundo, informou que a CONAB já estava em campo, com equipes em várias regiões, sobretudo na Amazônia e norte de Minas, trabalhando em cima do levantamento desses produtos, também junto com a equipe do Ministério do Meio Ambiente. Concluiu que não citar a CONAB, como não citar o MDS, enfraquece a proposta, não dá a dimensão de toda a construção coletiva no Governo que vem se fazendo nesse processo aí em relação à inclusão disso. A seguir, a Sra. Maria Emília Pacheco destacou (i) concordar totalmente com o conteúdo da preocupação trazido pela Ana Lúcia, mas concorda também com a Sra. Marília de que o CONSEA não tem condições de revogar uma moção de uma Conferência. Fez um apelo de transformar este tema num debate e a revogação só seria possível numa outra Conferência. (ii) Em relação à Exposição de Motivos já com adendo do Sílvio Porto, esclareceu essa era uma das propostas também do Seminário Nacional que foi realizado do PAA. Destacou que a proposta 13 dizia exatamente isso, que deveriam se incluir os custos ambientais nos produtos da agrobiodiversidade. (iii) Quanto à outra proposta de Exposição de Motivos, sugeriu que o CONSEA encaminhasse um posicionamento mais amplo, acolhendo as explicações, as ponderações já trazidas e tão bem explicadas pelo Naidison, como uma questão mais geral de acesso aos recursos públicos, da exigência, da necessidade enorme de um outro marco legal e que neste posicionamento geral incluísse as especificidades de povos e populações tradicionais. Devolvida a palavra ao Sr. Aderval Costa Filho, (i) informou que estabeleceram um acordo de cooperação técnica entre o MDS, o Instituto Chico Mendes e IBAMA, sobre a utilização dos recursos provenientes da venda de madeira aprendida ilegalmente, que serão destinados aos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Apontou que a Comissão constituiria um Grupo de Trabalho específico para definir prioridades, acatar, aceitar, receber os projetos, identificar como serão gastos e tudo mais. O Presidente encaminhou então as propostas apresentadas: (i) que o CONSEA se esforce para viabilizar a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais; (ii) Que o CONSEA apóie a pesquisa que está sendo proposta; (iii) Na primeira Exposição de Motivos, que trata da PGPM, no parágrafo quatro, foi acrescentado “em parceria com MDA, MAPA, CONAB e MDS” por sugestão do Sílvio Porto, além da referência de que o objeto da Exposição de Motivos foi aprovado no Seminário Nacional do PAA. (iv) Sobre a segunda Exposição de Motivos tratando especificamente das dificuldades dos povos quilombolas para receber recursos públicos, foi aprovado que ela trataria da questão de forma mais geral de acesso a recursos públicos, mecanismos, procedimentos e o famoso decreto 6170, com uma redação refeita pelo Naidison. (v) Sobre a proposta de revogação da moção, a proposta foi que se convertesse num tema de discussão do Conselho e que, qualquer que seja o resultado dessa discussão, o seu resultado seja remetido a uma próxima Conferência para que ela reveja a deliberação anterior. (vi) Sobre a proposta de que populações negras e povos e comunidades tradicionais fossem tratadas em Comissões Permanentes distintas, decidiu-se remeter o assunto à Mesa Diretiva para aprofundamento e preparação para posterior retorno à Plenária. (vii) O presidente propôs que a Plenária aprovasse a criação da Mesa Diretiva, mesmo que com algum caráter temporário, e que ela pudesse se reunir o mais breve possível, tendo a sugestão de que fosse no início de agosto, pois já tem alguns temas que já foram mencionados, e que a Mesa fosse composta pelo Presidente, pela Secretaria, um

representante de cada Comissão e pelo MDS. (viii) Sobre a solicitação do professor Malaquias, enviada por intermédio da Sônia Lucena, CONSEA decidiu remeter à ANVISA, por não entender ser objeto de uma Exposição de Motivos. A seguir, prossegui-se com os informes da CP 3, que (i) informou que na perspectiva de fazer uma proposta de política e de Plano Nacional de Segurança Alimentar, pensando as metas de longo, médio e curto prazo, as relações nas diferentes esferas de governo, as relações entre Governo, sociedade civil, movimento social e outras tantas reflexões. Informou que foi criado um Grupo de Trabalho para propor uma metodologia de construção. Esse grupo apresentou uma metodologia que a Comissão examinou e foi aprovada. Solicitou à Mesa a oportunidade de poder apresentar essa metodologia num outro momento. (ii) Outro tópico debatido na Comissão foi o programa da agrobiodiversidade, que estava numa etapa de ser revisto. A Comissão propôs que se realizasse uma mobilização, inclusive sugere algumas pessoas, o Caê, a Sílvia e o Sílvio Porto, para, junto à presidência do CONSEA, articular uma mobilização a respeito disso. A Comissão propôs que até a próxima plenária se encaminhe uma agenda para o Ministério do Meio Ambiente. (iii) Sobre a Lei de Cultivares, a Comissão solicita autorização para que o Caê e a Sílvia façam uma atualização da Exposição de Motivos que já foi apresentada com relação a Lei de Cultivares e que possam encaminhar à Presidência da República. (iv) 3 propostas foram apresentadas com relação a Seminário do PAA: a regulamentação imediata do decreto 6.447 que regulamenta o artigo 19 que institui o PAA, que institui uma modalidade de compra que é o PAA alimentar do escolar. A CP 4 (i) informou que se priorizaram 3 políticas públicas mais fortes: o programa Bolsa Família, Estratégia da Famílias e o PNAE. (ii) Duas recomendações breves foram feitas, uma geral sobre as reuniões dos presidentes de CONSEAs. Se recomenda e estimula que na próxima reunião se faça uma comunicação breve sobre a importância de direito humano à alimentação nos CONSEAs Estaduais. A segunda foi uma recomendação ao CONSEA que o CONSEA encaminhe uma recomendação dos órgãos do Governo, manifestando a preocupação em torno dos movimentos sociais, mais do Movimento Sem-Terra, que está um processo crescente e como uma atitude deliberada do Conselho Superior do Ministério Público Estadual. Sobre a Exposição de Motivos em apoio aos Sem-Terra, o Presidente questionou a forma como seria feito, pois não cabia numa Exposição de Motivos. Sugeriu que isso fosse apreciado numa próxima reunião. Após pequeno debate, o presidente sugeriu transformar o tema numa manifestação do CONSEA que tornasse pública, uma notícia da Plenária, ou algo assim. A CP 5 informou que a Comissão Especial do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que tem representação do CONSEA na pessoa do Sr. Pedro Kitoco, esse ano pretende dar visibilidade para uma questão voltada para a questão das comunidades quilombolas e pediu para a CP 5 indicar qual era a comunidade quilombola que queríamos contemplada. Sugerimos, no Espírito Santo, as comunidades quilombolas que estão na região daquela empresa Aracruz, pois estão sendo ameaçadas, tem uma situação de violência muito grande. A CP 6 (i) informou que a Sra. Valéria Paye Pereira foi referendada para ser a coordenadora, tendo a relatoria ficado por conta do FNDE. (ii) Informou que na pauta estava a discussão sobre o caso de Dourados, e que o encaminhamento foi que a Secretaria do CONSEA juntasse todo o material para que a Comissão faça a análise desse documento que o próprio CONSEA produziu e fazer resgate de outros documentos para fazer a complementação. (iii) Encaminhar o nome do representante da subcomissão para a CNPI; (iv) A Comissão indicou Valéria e Dourado

como representantes dos CONSEA para o Grupo Gestor da Carteira Indígena. (v) A Comissão sugeriu uma reunião da CP 6 para o dia 15 de agosto, logo depois da reunião de avaliação da Carteira Indígena, que será dos dias doze a quatorze de agosto. Informou que Dourados vai ser a sede da próxima reunião de Política Indigenista e a Comissão já gostaria que a CP 6 estivesse acompanhando as discussões e já ter o subsídio para discussão da questão de Dourados. **7.** Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos agradecendo a todos.

Brasília, 02 de julho de 2008.

Renato S. Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário